



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140776 - PE (2021/0001196-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : FAUSTO HENRIQUE DE PAIVA SANTOS FILHO (PRESO)
ADVOGADOS : JOSE RAFAEL FONSECA DE MELO - PE026291
VICTOR DE LEMOS PONTES - PE049315
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FAUSTO HENRIQUE DE PAIVA SANTOS FILHO contra acórdão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (00013964720208179480).

O recorrente se encontra preso desde 27/8/2020 pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Aduz a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a segregação processual, diante de condições pessoais favoráveis e com ausência de fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores da prisão, nos moldes do art. 312 do CPP.

Sustenta que o recorrente é portador do vírus HIV e está impossibilitado de realizar o tratamento adequado na unidade prisional. Além disso, em razão dessa condição, possui maior vulnerabilidade em face da atual pandemia da covid-19, o que justifica ainda mais a concessão de prisão domiciliar ou qualquer outra medida cautelar menos gravosa.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja o recorrente colocado em liberdade. Subsidiariamente, pede a substituição da segregação processual por prisão domiciliar ou qualquer outra medida cautelar constante no art. 319 do CPP.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 141):

Em tempo, para a concessão de prisão domiciliar não se exige apenas a comprovação da existência de doenças graves, mas de que o paciente esteja “extremamente debilitado” em função do referido quadro de saúde, o que, no entanto, não é o caso dos autos.

Ressalte-se que o parecer médico acostado (ID 12809758), não está acompanhado de exames ou documentos aptos a demonstrar a natureza do tratamento necessário ao paciente.

Outrossim, compreendo que tal Recomendação não autoriza a concessão da prisão domiciliar fora das hipóteses legais, ou importa na revogação da prisão preventiva, quando ainda presentes os fundamentos que a ensejaram

Também, não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente